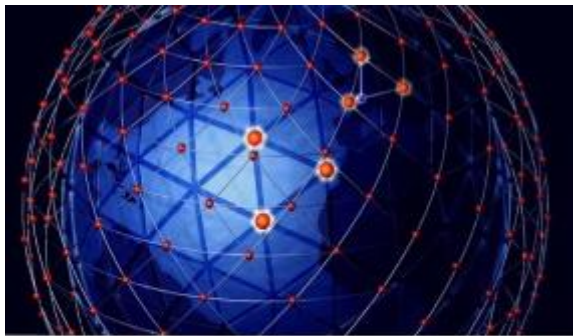




Em  Sociedade

CIÊNCIAS SOCIAIS NA EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rita de Cássia Fazzi¹
Sânia Maria Campos²

¹ Rita de Cássia Fazzi. Doutorado em Sociologia pelo IUPERJ, Mestrado em Sociologia pela UFMG, Graduação em Ciências Sociais pela UFJF. Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais de 1989 a 2019 e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais de 2010 a 2019 da PUC Minas. Diretora/coordenadora do ICA/PROEX de 2003 a 2017 e membro desde 1998. E-mail: rita.fazzi@gmail.com Telefone: 31- 99737-3476. Endereço: Rua Caraça, 639, apto 1101, Serra, Belo Horizonte. CEP: 30.220-260. Orcid: 0000-0002-3199-500X

² Sânia Maria Campos. Mestrado em Educação pela UFMG. Graduação em Ciências Econômicas pela UFMG. Professora aposentada da PUC Minas de 2001 a 2019. Membro do Conselho Técnico do ICA/PROEX de 2004 a 2017. E-mail: saniamcampos@gmail.com Telefone: 31-99941-6968. Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 787, Centro. Betim. CEP: 32.600-205.

RESUMO

O artigo objetiva apresentar a experiência do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA), projeto de extensão universitária articulado em 1998 pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas. A partir de uma perspectiva histórica, o artigo está estruturado em três sessões. Na primeira, o processo formal de institucionalização do ICA é apresentado enquanto um projeto que integra extensão, pesquisa e ensino. Na segunda sessão, a avaliação da experiência do ICA destaca os principais eixos temáticos dos projetos desenvolvidos, considerando, em especial, os aspectos institucionais da elaboração e gestão dos mesmos, os impactos na formação dos alunos e nas políticas públicas direcionadas aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Na terceira sessão, a análise se volta para os condicionantes do modelo de gestão da Pró-reitoria de Extensão, em que o ICA estava alocado, que levaram à sua extinção em 2017.

Palavras-chaves: Extensão universitária; Instituto da Criança e do Adolescente. Direitos de Crianças e Adolescentes; políticas públicas.

ABSTRACT

The article aims to present the experience of the Institute for Children and Adolescents (ICA), a university extension project, articulated in 1988 by the Department of Social Sciences at PUC Minas. From a historical perspective, the article is structured in three sections. In the first one, the formal process of institutionalization of the ICA is presented as a project that integrates extension, research and teaching. In the second session, the evaluation of the ICA's experience highlights the main thematic axes of the projects developed, considering, in particular, the institutional aspects of their elaboration and management, the impacts on student training and on public policies aimed at children and teenagers' rights in Brazil. In the third session, the analysis turns to the constraints of the management model of the Pro-Rectorate of Extension, where the ICA was located, which led to its extinction in 2017.

Keywords: University extension; Institute for Children and Adolescents; Rights of Children and Adolescents; public policy.



1 O INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O PROCESSO FORMAL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Em março de 1998, o Departamento de Sociologia, hoje Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas, em parceria com o Instituto de Relações do Trabalho (IRT) e com a Pró-reitoria de Extensão, realizou a “Oficina de Capacitação em Elaboração de Projetos de Intervenção Social” com ênfase no trabalho infantil. A infância/adolescência era um dos temas prioritários do Departamento e a oficina objetivou promover uma aproximação entre grupos da universidade que desenvolviam trabalhos com crianças e adolescentes e possibilitar um intercâmbio de experiências entre organizações que realizavam projetos de intervenção com esse público. O Relatório dessa Oficina reconheceu a importância da iniciativa tanto para o processo de aproximação do Departamento de Sociologia a outros departamentos da universidade, contribuindo para a interdisciplinaridade, quanto para o estabelecimento de contatos com organizações que atendiam crianças e adolescentes em Belo Horizonte. Outro desdobramento relevante apontado foi o encaminhamento de uma parceria do referido Departamento com o Fundo Das Nações Unidas para a Infância (**UNICEF**), que já estava em negociação, conforme informou a coordenadora dos trabalhos em sala de aula da Oficina e também consultora em projetos sociais. Posteriormente, no âmbito do Programa de Pós-graduação *lato sensu* (PREPES) no formato modular criado pela PUC em 1974 – foi desenvolvido o curso “Elaboração de Projetos de Intervenção Social”, cuja avaliação feita pelo Departamento de Sociologia constatou uma demanda de aprofundamento da temática da Infância e da Adolescência por parte dos alunos do curso. O caráter interdisciplinar dessa temática incentivou o Departamento, apoiado pela Pró-reitoria de Extensão, a promover um encontro de professores da universidade sensíveis ao tema em foco, em julho de 1998, com o objetivo de apresentar a proposta de um trabalho interdisciplinar, com a possibilidade de criação de um espaço acadêmico para desenvolver atividades de ensino, extensão e pesquisa.³ Essa reunião deu origem ao Grupo de Referência para a criação do Instituto da Criança e do Adolescente, cuja primeira tarefa foi a realização de um diagnóstico das ações de extensão direcionadas ao tema da infância e adolescência, bem

³ A reunião contou com a participação do Pró-reitor de Extensão e representantes dos departamentos de Sociologia, de Pedagogia, Odontologia, da Escola de Enfermagem, da Escola de Serviço Social, do Instituto de Psicologia e da Faculdade Mineira de Direito.



como das pesquisas. O diagnóstico foi feito ao longo do segundo semestre de 1998, a partir das apresentações das experiências dos departamentos que participaram da primeira reunião ampliada, revelando a existência de um potencial de trabalho nos diversos cursos suficiente para responder às demandas sociais à universidade, por meio da realização de projetos interdisciplinares e interdepartamentais. É importante também destacar que a gestação desse projeto se deu num contexto de mudança jurídica com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em julho de 1990, que gerou o desafio de se garantir os cinco direitos fundamentais preconizados para o público infanto-juvenil⁴ e a consolidação da nova institucionalidade da política de proteção e atendimento.

Paralelamente à realização do diagnóstico das ações de extensão direcionadas ao tema da infância e adolescência, nas reuniões do Grupo de Referência discutia-se a identidade institucional do grupo, as características do trabalho a ser realizado, a estrutura necessária para o funcionamento, enfim, a importância de se instituir um espaço para agregar os trabalhos acadêmicos sobre infância e adolescência na PUC Minas e definir uma política de extensão sobre o tema. Informava-se também sobre o andamento das negociações do projeto com o UNICEF, que resultaram na realização do “Fórum de Debates sobre Direitos da Criança e do Adolescente” em novembro de 1998, promoção conjunta do Departamento de Sociologia, da Faculdade Mineira de Direito, da Escola de Serviço Social e da Pró-reitoria de Extensão, em parceria com o UNICEF e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG) e na realização do “Encontro Nacional de Universidades – Políticas e Ações de Extensão Universitária para a Promoção dos Direitos da Infância e Adolescência”, em maio de 1999. O Fórum reuniu conselhos tutelares⁵ e municipais⁶ da criança e do adolescente, incentivando-se um diálogo desse público com a universidade, e o Encontro Nacional de Universidades contou com a presença de 80 universidades de todo o país, de debatedores e conferencistas de reconhecimento nacional, de diversos órgãos internacionais e de iniciativa privada com experiência de parceria com universidades na temática infância e adolescência. Em abril,

⁴ Os cinco direitos fundamentais são: Direito à vida e à saúde, Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, Direito à convivência familiar e comunitária, Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

⁵ O Conselho Tutelar é o órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no município. No artigo 136 do ECA, encontra-se as atribuições desse órgão.

⁶ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é responsável pela formulação de políticas para infância e adolescência no município e pelo acompanhamento dos conselhos tutelares.



como preparação para o Encontro Nacional, o Grupo de Referência reuniu 40 professores representantes das áreas de humanas, exatas e biológicas da PUC Minas para refletir sobre uma política de extensão voltada para a infância e a adolescência. Os participantes afirmaram a necessidade de elaborar uma concepção de extensão universitária enquanto uma atividade acadêmica que necessitava de valorização enquanto tal, como o ensino e a pesquisa, e de ser institucionalizada nos departamentos e cursos da universidade. O relatório do Encontro Nacional de Universidades foi publicado pela Editora PUC Minas com as Recomendações do mesmo. O 1º Fórum de Debates sobre os Direitos da Criança e do Adolescente gerou também uma publicação em 1999 na Coleção Infância e Adolescência, que viria a ser criada pelo Instituto da Criança e do Adolescente (ICA), em parceria com a Editora PUC Minas, como uma das formas de divulgação de sua produção acadêmica.

Como pode ser observado, a experiência de articulação dos agentes sociais internos e externos à universidade em torno da temática da infância e adolescência, conforme até aqui apresentada, consolidou, inicialmente, duas noções norteadoras do projeto de criação do ICA: a noção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e a extensão articulada com a pesquisa e o ensino e entendida como uma via de mão dupla entre os parceiros, implicando em um processo educativo e formativo de todos os envolvidos. Além disso, enfatizou a importância de tornar públicos os resultados das atividades como forma de divulgar o conhecimento produzido no desenvolvimento dos projetos.

A repercussão positiva do Encontro Nacional de Universidades permitiu que as negociações para a formalização do ICA na estrutura institucional da PUC Minas avançassem. Na prática, o ICA já era uma realidade em constituição. Assim, após o Encontro Nacional, o Grupo de Referência iniciou a elaboração do projeto ICA a ser submetido às instâncias superiores da universidade, partilhando da concepção de extensão contida nas Recomendações do referido Encontro, documento aprovado na assembleia de encerramento do evento e incluído no Relatório do mesmo. Nesse documento, a extensão fundamentada na promoção dos direitos da infância e da adolescência deveria garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmando, assim, o compromisso social da universidade, contribuindo com a formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas direcionadas a esse público, estabelecendo parcerias e



cooperando com os conselhos de direitos da infância e da adolescência e demais organizações da sociedade civil e do poder público.

No dia 23 de fevereiro de 2000, o reitor da PUC Minas criou o Instituto da Criança e do Adolescente por meio da Portaria 012/2000a, vinculando-o à Pró-reitoria de Extensão e nomeando uma comissão formada por professoras do Departamento de Sociologia (coordenação), de Psicologia, do Serviço Social e da Pró-reitoria de Extensão para “apresentar o projeto de estruturação e funcionamento do Instituto”. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, PORTARIA012/2000a) Um mês depois, com a Portaria do Reitos 016/2000b, aprova-se o Regulamento do ICA com a seguinte fundamentação: “[...] considerando a necessidade de consolidar o Instituto da Criança e do Adolescente-ICA, no desenvolvimento de atividades acadêmicas interdisciplinares, com ênfase em extensão, pesquisa e ensino voltados para a temática da infância e da adolescência [...]”. O caráter interdisciplinar e a articulação extensão-pesquisa-ensino são garantidos oficialmente no ato de formalização da experiência em desenvolvimento desde 1998. O Regulamento aprovado discrimina sete finalidades do ICA, sendo a mais ampla “constituir-se como um centro aglutinador, formador e produtor de conhecimentos sobre a infância e adolescência”. As demais finalidades iniciam com verbos que indicam as ações a serem realizadas: articular e integrar atividades de extensão, ensino e pesquisa sobre o tema de forma interdisciplinar e interdepartamental; capacitar alunos; assessorar a universidade em suas “ações educativas e preventivas junto a público infanto-juvenil”; desenvolver projetos para formação de conselheiros tutelares e municipais, professores do ensino básico, técnicos de Organizações não Governamentais (ONG’s) e Organizações Governamentais (OG’s) e comunidade; subsidiar a formulação, operacionalização e avaliação de políticas públicas relativas às crianças e aos adolescentes e representar a Universidade nos eventos nacionais e internacionais voltados ao tema em foco. O Regulamento previu três órgãos de administração do Instituto: O Conselho Superior, a Diretoria e o Conselho Técnico. O Diretor do Instituto seria um membro do Conselho Técnico escolhido pelo Reitor, que era o presidente do Conselho Superior constituído também pelo Pró-reitor de Extensão, pelo Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação, pelo Pró-reitor de Graduação, pelo Diretor do Instituto e por um professor representante do Conselho Técnico. O Conselho Técnico teria de ser constituído de forma colegiada e reunir-se semanalmente para “assessorar a



Diretoria na elaboração e celebração de convênios e contratos com parceiros e contratados”, “apoiar a Diretoria na elaboração do plano de trabalho”, “opinar sobre a remuneração de profissionais que se fizerem necessários”, “formular, acompanhar e avaliar os projetos desenvolvidos” e “emitir pareceres técnicos sobre os projetos desenvolvidos pelo Instituto”. Conforme veremos, na gestão cotidiana das atividades, o Conselho Técnico assumiu a coordenação dos projetos realizados por meio de convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos por ter a possibilidade de oferecer como contrapartida da PUC Minas nas negociações de parcerias com agentes governamentais e não governamentais as horas de trabalho dos seus membros e a infra-estrutura (salas, secretaria, equipamentos, etc.) que foram conquistadas em seu processo de estruturação, e pelo fato da equipe do conselho técnico ter conquistado o reconhecimento de sua competência específica na temática dos direitos infanto-juvenis, o que indica um processo de legitimação do ICA, interna e externamente à Universidade.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO FORMAL DO ICA EM MOVIMENTO: OS PRINCIPAIS EIXOS TEMÁTICOS E A GESTÃO DOS PROJETOS

Em 2000, o ICA, já reconhecido oficialmente pela Universidade, desenvolveu duas frentes de trabalho: a pesquisa/diagnóstico *Crianças e adolescentes de Belo Horizonte em situação de Trabalho e a Demanda por Qualificação Profissional* e o Curso de Capacitação *Formulação e gestão de políticas e programas de apoio sociofamiliar*. A pesquisa, feita em parceria com o Lumen Instituto de Pesquisa Fumarc/PUC Minas, constituiu a primeira das três etapas previstas no Projeto *Combate à exploração infantil – prioridade: aqueles que estão nas ruas da cidade de Belo Horizonte pedindo esmolas ou vendendo pequenos produtos/objetos*, projeto formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Belo Horizonte (SMDS/PBH) e pela Secretaria de Estado da Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (SETASCAD). O diagnóstico previsto na primeira etapa, de responsabilidade do Lumen e do ICA, conforme já dito, identificou o perfil das crianças e dos adolescentes em situação de rua no hipercentro de Belo Horizonte e de suas famílias com ênfase na realidade de exploração do trabalho. Três procedimentos foram realizados nessa etapa: contagem qualificada, abordagem e pesquisa domiciliar. O diagnóstico contou com uma



equipe ampla, interdisciplinar e interinstitucional, envolvendo técnicos do Lumen, professoras do Conselho Técnico do ICA, 60 alunos estagiários da PUC Minas de diversos cursos, 29 educadores de rua do Projeto Miguilim/PBH e da SETASCAD, profissionais do Grupo Especializado de Atendimento de Crianças e Adolescentes de Rua (GEACAR) e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.⁷ A segunda etapa, denominada Articulação Interinstitucional, que previa a definição de estratégias de intervenção e a terceira etapa, o Projeto Piloto, o desenvolvimento de ações em caráter emergencial voltadas para o público alvo e suas famílias. Nota-se que as segunda e a terceira etapa eram de responsabilidade dos técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS/PBH) e da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente (SETASCAD). A primeira etapa, portanto, deu subsídios para o ajuste de políticas já existentes e para a formulação de novas políticas de atendimento ao público infanto-juvenil e de suas famílias, focando, principalmente, a qualificação profissional.

Como resultado dessa pesquisa, em especial a partir de 190 estudos de caso enviados pelo LUMEN/ICA, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte implementou o Programa Crescer, em parceria com a Promotoria da Infância e Adolescência, envolvendo 120 famílias. O Programa Crescer incluiu crianças de zero a seis anos em creches comunitárias, de sete a quatorze anos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e adolescentes de quinze a dezoito anos no Programa Agente Jovem e no Programa Formação para a Cidadania. As famílias cadastradas recebiam recursos financeiros e a frequência das crianças e adolescentes às escolas era obrigatória.

O Curso de Capacitação foi realizado pelo ICA em parceria com o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/PBH em novembro de 2000. O curso, direcionado aos conselheiros municipais e tutelares, objetivou o aprimoramento das ações desse público em programas de apoio sociofamiliar e contou com uma equipe de professores da PUC Minas do Departamento de Sociologia, de Relações Internacionais, de Administração, do Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades, com um Doutor em Demografia e membro do Observatório de Políticas Urbanas da Rede Metropolitana de Belo Horizonte e com uma professora convidada da PUC que ministraram palestras e, posteriormente,

⁷ Para informações mais detalhadas sobre os procedimentos Contagem Qualificada e Abordagem e seus resultados consultar Lumen Instituto de Pesquisa (2000).



escreveram artigos publicados no segundo número da Coleção *Infância e Adolescência do ICA* como forma de fomentar o debate em torno da centralidade da família entre pessoas e instituições comprometidas com a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Os dois projetos desenvolvidos em 2000 sinalizam duas formas do ICA de responder às demandas – capacitação/formação de agentes externos e realização de pesquisa/diagnóstico da situação dos direitos infanto-juvenis e das políticas envolvidas – e estruturam a concepção acadêmica de extensão que será experimentada e consolidada pelo ICA nos anos seguintes, concepção está expressa nos debates do “Grupo de Referência”, nas Recomendações do Encontro Nacional de Universidades, na Portaria de Criação e no Regulamento do ICA. Os elementos característicos dessa concepção incluem a realização de pesquisa na extensão visando a produção de dados da realidade confiáveis e de qualidade para subsidiar a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e programas sociais direcionados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes; incluem a negociação, qualificação e processamento da demanda externa por meio da organização e coordenação de equipes interinstitucionais e interdisciplinares em constante diálogo; o envolvimento de discentes dos cursos de graduação e, posteriormente, também dos de pós-graduação, possibilitando um aprofundamento técnico e ético da formação desse público, a preocupação com a devolução dos resultados dos projetos em seminários e encontros com os agentes diretamente envolvidos com o tema em questão para potencializar o alcance dos mesmos e a divulgação para um público mais amplo na *Coleção Infância e Adolescência* ou em outro formato, como livros, cartilhas, vídeos, conforme veremos⁸.

No ano de 2000, o tema do trabalho infantil se evidencia enquanto demanda para a universidade por ser uma questão em torno da qual vários setores da sociedade se articulavam no sentido de eliminar as diversas formas de exploração do trabalho de crianças e de adolescentes e de garantir o quinto direito fundamental do ECA, qual seja, o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. A parceria com os conselhos municipais e tutelares também vai direcionar o trabalho futuro em torno da consolidação

⁸ O ICA era também cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPQ e foi incluído numa pesquisa de mapeamento sobre grupos de pesquisa brasileiros que trabalhavam com a sociologia da infância. Essa pesquisa foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento. (NASCIMENTO, 2003).



da nova institucionalidade da política de proteção e atendimento aos direitos infanto-juvenis no Brasil.

Ainda em 2000, o ICA participou da elaboração e negociação de três projetos de pesquisa sobre trabalho infantil que seriam desenvolvidos nos anos seguintes. O projeto solicitado e financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) *Erradicação do Trabalho Infantil e Adequação do Trabalho Adolescente no Serviço Doméstico* e o projeto solicitado e financiado pela ONG inglesa *Save the Children Narrativas Infanto-Juvenis sobre Trabalho Doméstico em Belo Horizonte: história de vida das meninas* introduziram o tema trabalho infantil doméstico na pauta do ICA e foram realizados em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, com a Promotoria da Infância e da Adolescência e com a ONG Centro Recreação de Atendimento e Defesa da Criança e do Adolescente/ Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. O projeto de pesquisa *Trabalho Informal de Crianças e Adolescentes nas Regiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas: diagnóstico socioeconômico e cultural* foi solicitado e financiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais (DRT/MG).

A execução dos dois projetos sobre trabalho infantil doméstico iniciou-se em 2001. Firmou-se um Convênio entre OIT e PUC e o projeto *Erradicação do Trabalho Infantil e Adequação do Trabalho Adolescente no Serviço Doméstico – projeto piloto Belo Horizonte* foi desenvolvido em parceria com o Lumen e integrava o Projeto sub-regional *Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil Doméstico em Casas de Terceiros na América do Sul*, eixo setorial do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) – América do Sul, da OIT. Em junho de 2000, o trabalho infanto-juvenil doméstico no Brasil foi objeto de discussão no seminário promovido pela OIT em Brasília, em parceria com o grupo interinstitucional formado por OIT, *Save the Children*, UNICEF, Fundação Abrinq e CEDECA Emaús (Belém), no qual foram destacados “os elementos centrais que devem pautar a construção de uma política nacional para combater o trabalho das meninas e adolescentes no serviço doméstico” (OIT/IPEC, 2000, p.3). A partir desse seminário, foi lançado o projeto de investigação e de intervenção em Belo Horizonte, Belém e Recife, envolvendo uma Pesquisa de Avaliação Rápida e um Programa de Ação para cada uma dessas cidades. Esse projeto nacional fez parte do mencionado Projeto sub-regional, lançado em 2001, com a participação de outros três



países, além do Brasil: Colômbia, Paraguai e Peru. A metodologia de avaliação rápida, definida pela OIT para a presente pesquisa, foi justificada no Manual elaborado pelo IPEC/UNICEF (2000).

A metodologia de avaliação rápida realizada em Belo Horizonte aplicou 465 questionários a trabalhadoras e trabalhadores domésticos abaixo de 18 anos, 160 às famílias de origem e 35 às famílias empregadoras no período de novembro a dezembro de 2001.⁹ O desenvolvimento desse projeto implicou a participação do ICA numa rede de pesquisadores do Brasil, da Colômbia, Paraguai e Peru e nas reuniões do Grupo Gestor e Intermediário de Parceiros de Belo Horizonte ocorridas em 2001 e 2002. Nessas reuniões, foram apresentados os dados parciais e finais da pesquisa de avaliação rápida realizada em Belo Horizonte e foi discutido o Plano de Ação e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção dos Adolescentes no Trabalho Doméstico, programa de intervenção coordenado pela ONG Centro Recreação Circo de Todo Mundo, com o objetivo de se retirar do trabalho doméstico aqueles nele envolvidos, oferecendo-lhes oficinas formativas e educativas. Houve também participação das equipes de pesquisa em seminários nacionais organizados pelos financiadores do projeto para discussão dos resultados da investigação realizada no Brasil e em um seminário regional em Bogotá, em novembro de 2001, com todos os países envolvidos no projeto sub-regional IPEC/OIT. Essa pesquisa de avaliação rápida contou com cinco estagiários dos cursos de Relações Internacionais, Filosofia, Serviço Social e Psicologia da PUC Minas. Um de seus desdobramentos foi a elaboração de dois outros documentos, além do relatório final, encomendados pelo IPEC/OIT ao ICA/Lumen. O primeiro documento analisou os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) na década de 1990 sobre o trabalho infantil doméstico no Brasil, que foi publicado em inglês pelo IPEC/OIT em 2003. O segundo documento, também publicado pela OIT em 2003, consolida os dados das pesquisas de avaliação rápida realizadas em Belo Horizonte, Recife e Belém.

O segundo projeto com o tema do trabalho doméstico de adolescentes foi abordado de forma qualitativa na pesquisa *Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico em Belo Horizonte: história de vida das meninas*, encomendada e financiada pela ONG *Save the children*, como anteriormente informado. A pesquisa foi realizada de

⁹ Para informações mais detalhadas sobre a metodologia utilizada e sobre os resultados dessa investigação, consultar Lumen Instituto de Pesquisa; Instituto da Criança e do adolescente (2002).



fevereiro de 2001 a março de 2002 com o objetivo de compreender os significados produzidos sobre a experiência do trabalho doméstico. Na primeira fase foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental nos arquivos dos nove conselhos tutelares de Belo Horizonte e em outras 20 organizações governamentais e não-governamentais em busca de casos de trabalho doméstico entre adolescentes de 12 a 18 anos. Nessa fase houve a participação de sete bolsistas dos cursos de Serviço Social, Relações Internacionais, Filosofia e Psicologia. Na segunda fase da pesquisa foram realizadas 10 entrevistas de histórias de vida com adolescentes de 16 a 18 anos, identificadas na primeira fase, e duas alunas, uma do curso de Relações Internacionais e outra do curso de Psicologia, continuaram na equipe como bolsistas de iniciação científica. Os resultados foram publicados em 2003 na Coleção Infância e Adolescência, em edição bilíngue português e inglês, com prefácio do então reitor da PUC Minas, que legitimou o trabalho do ICA da seguinte forma:

Com essa pesquisa, o ICA realiza um dos mais importantes e difíceis objetivos da Universidade, o de aliar a pesquisa à extensão e ao ensino. Alcança esse feito de maneira exemplar, na medida em que envolve entidades que têm sua atenção voltada para essa população. Identifica necessidades e coloca as potencialidades da Universidade a serviço de grupos e instituições que delas podem se beneficiar. (Pe Geraldo Magela Teixeira, apud MOREIRA; STENGEL, 2003, p. 9)

Outro desdobramento dessa pesquisa foi a realização do diagnóstico institucional dos nove conselhos tutelares de Belo Horizonte, no período de abril a julho de 2001, que propiciou o levantamento das percepções dos conselheiros tutelares sobre as escolas, as dificuldades cotidianas por eles enfrentadas na função que realizam, a relação com o Conselho Municipal de Direitos e as diversas demandas de trabalho conjunto, entre todos esses órgãos, visando à melhoria da atuação dos Conselhos. Duas dessas demandas foram imediatamente atendidas pelo ICA: a sistematização dos dados registrados no Conselho Tutelar da Regional Centro-Sul sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes do período de 1999 ao primeiro semestre de 2001 e a formação de um grupo de apoio psicológico aos conselhos tutelares no qual pudessem compartilhar e elaborar suas experiências cotidianas no atendimento às crianças, aos adolescentes e suas famílias. Esse grupo iniciou-se em agosto de 2001 no formato de estágio curricular supervisionado do curso de psicologia.

A pesquisa sobre trabalho informal de crianças e adolescentes, desenvolvida em 2002, em 12 municípios do Vale do Jequitinhonha mineiro e em cinco do Norte de Minas,



foi resultado de uma parceria entre a Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais e a PUC Minas, por meio do Instituto da Criança e do Adolescente, do Instituto de Relações do Trabalho e do Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades e foi desenhada prevendo-se uma fase quantitativa e outra qualitativa, que aconteceram simultaneamente. Os municípios pesquisados foram agrupados em quatro polos regionais e, em cada polo, foi estruturada uma equipe constituída por um professor coordenador do trabalho de campo e dezenove estudantes dos cursos de História, Relações Internacionais, Psicologia e Serviço Social. Os dados foram obtidos por meio de três instrumentos: questionários para crianças e adolescentes de 5 a 18 anos; questionários para as famílias dos mesmos e entrevistas semiestruturadas gravadas e/ou filmadas com os técnicos, crianças e adolescentes trabalhadores, famílias, responsáveis não-governamentais de atendimento ao público infanto-juvenil e lideranças comunitárias e de órgãos de representação.¹⁰ Três foram os produtos dessa pesquisa, distribuídos para os 17 municípios pesquisados: o livro *Trabalho Infantil: a infância roubada*, que apresenta os resultados quantitativos e qualitativos, a cartilha didática *Trabalho não combina com criança*, direcionada para os alunos de escolas do ensino fundamental e o vídeo educativo sobre o trabalho infanto-juvenil informal *Trabalho Infantil: a negação da infância*, produzido com o material das entrevistas filmadas.

Em 2003, o ICA criou o Núcleo Jurídico da Infância e Adolescência, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Direito, com o objetivo de discutir, em perspectiva sociojurídica, temas emergentes dos projetos desenvolvidos pelo Instituto, bem como organizar seminários e capacitações, criando um espaço acadêmico de debate e de produção de conhecimento correlatos à infância e adolescência. Em 2004, o Núcleo promoveu o Seminário *Estatuto da Criança e da Adolescente: 14 Anos de Conquistas e Desafios*. Esse Seminário deu origem a mais um número da Coleção Infância e Adolescência, em 2005, e nesse mesmo ano foram organizados grupos de estudos e sessões de cinema comentado sobre temas diversos como redução da inimizabilidade penal, trabalho infantil, medidas socioeducativas, autonomia da criança e do adolescente no consentimento da adoção, entre outros.

O diagnóstico institucional dos conselhos tutelares de Belo Horizonte, já referido, fundamentou o projeto *Criança e Adolescente: prioridade absoluta*, desenvolvido no

¹⁰ Para uma discussão mais detalhada da metodologia da pesquisa ver Fazzi; Leal (2006)..



âmbito do Convênio de Cooperação entre a *Foundation for UNESCO* e PUC Minas estabelecido após negociações que se iniciaram em 2001 com a conferência promovida pelo ICA, do diretor da UNESCO Paris, intitulada *Programas Sociais de apoio às crianças e aos adolescentes desamparados no mundo*. Posteriormente, um membro do Conselho Técnico do ICA visitou a sede da UNESCO em Paris, os projetos sociais apoiados por essa instituição em Dusseldorf e a Universidade de Colônia, na Alemanha. Em 2002, o ICA elabora o Projeto *Criança e Adolescente: prioridade absoluta*. Houve também reuniões com a Promotoria da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, com a diretoria do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (CMDCA) e com a Comissão de Capacitação do CMDCA para discutir o projeto em pauta com o objetivo de estabelecer uma parceria. O projeto foi aprovado pelo CMDCA e era composto por dois eixos temáticos: 1) *Educando para a Cidadania*, compreendendo os subprojetos *ECA vai à Escola* e *Formação dos Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte* e, 2) *II Encontro Nacional de Universidades – Articulando a Rede entre Universidades Brasileiras para a Questão da Infância e da Adolescência*. Em 2003, o Convênio de Cooperação com a *Foundation for UNESCO* foi formalizado. O primeiro eixo temático foi pensado visando “melhorar a comunicação entre os *conselhos* e escolas no intuito de facilitar o estabelecimento de parcerias construtivas entre essas duas instituições” (INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2007, p. 24) na medida em que o diagnóstico institucional apontou uma tensão na relação entre essas duas instituições. Participaram dessa intervenção, nove escolas municipais (segundo semestre de 2003) e quatro escolas estaduais (primeiro semestre de 2004), com o apoio das Secretarias Municipal e Estadual de Educação. O subprojeto *ECA Vai à Escola* envolveu cerca de 335 professores nas palestras sobre família contemporânea e concepção moderna de criança e adolescente, autoridade e disciplina na escola e a política de proteção ao público infanto-juvenil e 80 professores nos cursos *ECA e a Escola*; alunos de 61 turmas, alcançando em torno de 2.585 pessoas, em especial, crianças entre 9 e 11 anos de idade, em oficinas lúdico-educativas; 45 funcionários e familiares em oficinas na discussão dos cinco direitos fundamentais postulados pelo ECA, com o objetivo de enraizar a Lei no cotidiano escolar e fundamentar um processo de aprendizagem da mesma pelos diversos agentes do ambiente escolar. As oficinas com as famílias foram organizadas por estagiários do curso de Serviço Social, orientados por dois professores do estágio, no



entanto, a participação desse grupo foi pequena, apesar do interesse demonstrado nessa atividade quando da aplicação de questionários sobre o ECA e os direitos de crianças e adolescentes com 195 famílias dos alunos que participaram do projeto. Um produto educativo desse projeto foi a produção de um vídeo sobre os cinco direitos fundamentais postulados no ECA e direcionado ao público infanto-juvenil, uma das formas de subsidiar a discussão sobre o Estatuto com os alunos das escolas. Em 2004, o ICA organizou, em quatro tardes, o evento *Reencontro com o ECA na PUC Minas*, com características lúdicas, reunindo 1.600 alunos e 120 professores participantes do projeto, no qual houve a distribuição gratuita do vídeo para as escolas municipais e estaduais e a exibição do mesmo, além de uma visita ao Museu de Ciências Naturais da PUC Minas.

O subprojeto *Formação dos Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte* ocorreu no ano de 2004, com 136 horas distribuídas entre palestras, cursos e oficinas que foram oferecidas aos 45 conselheiros titulares e 45 suplentes das nove regionais administrativas do município. Esses conselheiros foram eleitos em 2004 e o programa de formação teve como objetivo contribuir para o melhor desempenho cotidiano dessa função que exige habilidades específicas. O conteúdo desenvolvido nas atividades do programa de formação foi discutido e decidido junto com a Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Tutelares do CMDCA-BH. Inscreveram-se para o curso, 45 conselheiros titulares e 11 suplentes. O Grupo de Apoio Psicológico, já oferecido uma vez, foi reeditado em 2004 no âmbito desse subprojeto de formação, envolvendo seis estagiárias e uma professora coordenadora do curso de Psicologia.

O subprojeto *ECA Vai à Escola* contou com a participação de 15 alunos dos cursos de Ciências Sociais, História, Filosofia, Pedagogia, Direito e Psicologia e a pesquisa e as oficinas com as famílias dos alunos das escolas envolveu a participação de 16 discentes do curso de Serviço Social. Três estagiárias participaram do subprojeto *Formação dos Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte*.

O terceiro subprojeto *II Encontro Nacional de Universidades*, realizado em setembro de 2003, buscou aprofundar a articulação entre universidades, iniciada no I Encontro de 1999, em torno das experiências de extensão voltadas para a promoção dos direitos da criança e do adolescente, reunindo professores e alunos de sete universidades. Os Anais desse II Encontro foram publicados pelo ICA em 2004 e a publicação foi lançada no Segundo Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em Belo



Horizonte no mesmo ano. No II Encontro foram aprovadas a criação de uma Rede Interuniversitária sobre Infância e Adolescência (RIIA), que começou a ser implantada em 2004, e da Rede PUC de Extensão sobre Infância e Adolescência (REDE PUC), iniciada em 2005. A RIIA era um projeto de rede virtual com o objetivo de articular experiências de extensão e pesquisa sobre o tema em questão entre as várias universidades brasileiras visando à divulgação dos trabalhos realizados por meio de um fórum de comunicação, compartilhamento e intercâmbio de experiências. A Rede PUC era um cadastro virtual de todas as iniciativas da Universidade, na área da infância e da adolescência, com o objetivo de articular e divulgar os trabalhos de extensão e pesquisa, fomentar a produção científica acerca desse tema, contribuindo assim na promoção dos direitos infanto-juvenis. Cada instituição de ensino superior parceira da RIIA deveria criar um espaço virtual intrauniversitário congregando os projetos da área da infância e da adolescência cadastrados na instituição que seria inserido por meio de um link ao portal da RIIA, hospedado, inicialmente, na Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. Para viabilizar a Rede Interuniversitária e a Rede PUC, estabeleceu-se uma parceria entre o ICA e o Instituto de Informática, que reuniu professores e estagiários em apoio à execução dessas propostas. Apesar do apoio formal do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições do Ensino Superior Comunitárias e da Rede Nacional de Extensão das Universidades Públicas, o projeto RIIA não teve fôlego para continuar devido, entre outros fatores, à ausência de um financiamento próprio e às dificuldades das IES na criação de sua própria rede interna. A Rede PUC se manteve e se desenvolveu com a finalidade de ser um espaço de interlocução entre as ações de extensão, pesquisa e ensino, de troca de experiências e saberes. Nesse sentido, além do cadastramento voluntário das iniciativas já referido, o ICA organizou os Encontros da Rede PUC de Extensão sobre Infância, Adolescência e Juventude. O I Encontro foi realizado em 2006 e tratou de questões metodológicas de pesquisa com crianças e adolescentes. O II Encontro foi realizado em 2007 com o lançamento do livro *Educador talvez seja isso mesmo ...*, elaborado pelo ICA em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE) e direcionado aos educadores da jornada ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O tema discutido foi o papel do educador nos programas sociais complementares à escola. Em abril de 2008, o III Encontro lançou mais um número da Coleção Infância e Adolescência,



Criança e adolescente: prioridade absoluta, publicado em 2007, resultado do projeto com o mesmo nome desenvolvido pelo ICA em parceria com a *Foundation for UNESCO*.¹¹ Nesse Encontro discutiu-se, em especial, o conselho tutelar e o trabalho em rede. O IV Encontro, realizado em dezembro de 2008, elegeu como problemática os desafios da escola contemporânea: a formação do educador. Esse tema foi suscitado pelo projeto *Criança e adolescente: prioridade absoluta* e pela intenção do ICA de se aproximar das licenciaturas da PUC Minas, definindo em 2005, como uma das suas atribuições, introduzir o ECA nos cursos de licenciaturas e demais cursos da área de ciências humanas e sociais. Os Encontros da Rede PUC, bem como a apresentação de quatro trabalhos de extensão voltados para crianças e adolescentes e coordenados por docentes da Universidade que responderam ao convite do ICA para sistematizar uma reflexão sobre as questões emergentes em seus projetos, foram publicados em outro número da Coleção Infância e Adolescência em 2010. Em dezembro de 2009, ocorreu o V Encontro da Rede PUC dando continuidade ao tema dos desafios da escola contemporânea para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, uma atividade do Projeto Licenciaturas proposto pelo ICA em 2009 com o objetivo de promover o diálogo, estabelecer parcerias e redes e construir, coletivamente, estratégias para fomentar e articular atividades de extensão, pesquisa e ensino sobre o tema da infância, adolescência e juventude nos cursos de licenciaturas da PUC Minas. No segundo semestre de 2009, foram realizadas reuniões com representantes destes cursos formadores de professores para a escola básica, a partir das quais algumas diretrizes e encaminhamentos foram formulados, que resultaram na proposição do *I Colóquio das Licenciaturas da PUC Minas: o tema da infância, adolescência e juventude na formação*

¹¹ O relatório do Projeto UNESCO foi elaborado de forma coletiva pela equipe do ICA, o que demandou tempo, respeito e humildade de todos os participantes para que todas as interpretações e sugestões fossem discutidas e amadurecidas e, finalmente, introduzidas no texto final. O produto resultante desse debate interdisciplinar entre as áreas de conhecimento acadêmico dos membros da equipe (ciências sociais, direito, educação, psicologia) constitui a Parte I do livro *Criança e Adolescente: prioridade absoluta*. A Parte I é composta de três capítulos que descrevem e analisam as ações desenvolvidas em cada subprojeto, apontando alguns desafios que emergiram desse desenvolvimento. A Parte II contém artigos de alguns dos profissionais envolvidos na execução dos subprojetos *ECA vai à Escola* e *Formação de Conselheiros Tutelares de Belo Horizonte*. Foram solicitados artigos analíticos sobre a experiência vivenciada a todos os membros da equipe técnica desses subprojetos. Nem todos atenderam à solicitação. Os artigos enviados foram submetidos à equipe de redação do relatório, que funcionou também como Conselho Editorial da publicação, e aprovados após discussão com os autores que se comprometiam com as reformulações sugeridas e acordadas consensualmente. O relatório do projeto foi traduzido para o inglês e enviado para *Foundation for UNESCO*.



dos professores, realizado em maio de 2010, dando sequência à elaboração coletiva do Projeto Licenciaturas. Foram convidados coordenadores de curso, de estágio e de extensão. Os participantes apontaram os desafios e limites da continuidade do projeto. Entre os desafios, destacaram a necessidade de repensar as relações entre Universidade e escolas de educação básica, a necessidade de investir na formação continuada dos professores nos temas relativos ao ECA e à realidade das escolas, a necessidade de se criar condições institucionais internas para a realização do projeto e necessidade de dar continuidade às discussões iniciadas e de ampliar a participação, estendendo o convite a todos os professores dos cursos de licenciaturas. Frente a esses desafios, foi decidida a realização do II Colóquio, que aconteceu em outubro de 2010 com o lançamento do videodocumentário *Eu quero ser professor*, produzido pelo ICA no mesmo ano, para fomentar o debate em torno da formação. O vídeo é um documentário que revela as expectativas e dilemas vividos por estudantes dos cursos de licenciaturas da PUC Minas, em suas primeiras experiências em sala de aula durante o estágio, tendo como questão central os desafios de ser professor na escola contemporânea.

O Projeto Licenciaturas foi pensado um pouco antes da participação da PUC no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Ministério da Educação, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A proposta da Universidade foi aprovada no edital PIBID 2010, que incluiu pela primeira vez as instituições de ensino superior confessionais e municipais, ficando vinculada à Pró-reitoria de Graduação. A proposta apresentada pela PUC previu uma parceria com o ICA para a realização de ações de formação junto aos estudantes e professores supervisores participantes do PIBID, no que tangesse à temática da infância, adolescência e juventude. Desta forma, o Projeto Licenciaturas promoveu eventos de formação, grupos de estudos, debates, projeção e discussão do videodocumentário *Eu quero ser professor* com estudantes bolsistas do PIBID e professores supervisores com foco nos desafios de se efetivar os direitos infanto-juvenis na e a partir da escola. O vídeo foi também projetado, debatido e distribuído para professores e estudantes de todos os cursos de licenciaturas da PUC Minas. O movimento de aproximação com os cursos em pauta gerou a ideia de se constituir um projeto de Observatório da Escola a partir de investimento em pesquisa e extensão sobre o tema escola e direitos, criando-se um espaço interdisciplinar de reflexão, produção de conhecimento e interlocução da Universidade



com a escola básica. A tentativa de consolidar o Observatório da Escola, após o seu lançamento, envolveu reuniões com a Diretora do Instituto de Ciências Humanas, com professores coordenadores de estágio, de extensão e dos cursos de licenciaturas, promoção de mesas-redondas sobre temas relacionados ao cotidiano escolar, ao mundo do aluno, à relação família e escola, participação em editais de fomento. Um dos produtos foi a concepção e realização pelo ICA, em 2017, de outro videodocumentário intitulado *Eu sou Professor*, que apresenta os desafios enfrentados por professores no cotidiano da escola básica a partir da experiência de ex-alunos dos cursos de licenciaturas da PUC Minas. Outra iniciativa foi a reedição atualizada do projeto *ECA Vai à Escola*, desenvolvido em parceria com a disciplina de estágio I, que envolvia discentes de várias licenciaturas numa escola estadual no entorno da Universidade. A escola enfrentava um cotidiano agressivo, conflituoso, não havendo uma identificação dos alunos com esse espaço. O projeto teve como objetivo desenvolver um sentimento de pertencimento à escola e foi aplicado um questionário aos alunos sobre o significado e o cotidiano escolar e oferecidas oficinas que trabalharam os temas do respeito, cuidado, pertencimento, diálogo e participação nas relações no interior da escola: batalha de rap, grafite, fotografia e vídeo, capoeira/dança, meio ambiente, física e simulação de formação de colegiado e das chapas concorrentes. A oficina de grafite utilizou uma parede interna da escola para grafitar os temas relacionados ao projeto, ficando, inclusive, registrada a marca ICA.

Em 2005 e 2006, o tema do trabalho infantil foi pesquisado pelo ICA a partir do *Projeto de Avaliação da Estrutura e do Funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e de Capacitação dos Coordenadores e Monitores da Jornada Ampliada em Minas Gerais*, por meio de um Contrato firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais (SEDESE). Além da avaliação e da capacitação envolvendo os 183 municípios que implementaram o PETI, o Projeto previa a elaboração de material pedagógico de apoio às atividades realizadas com crianças e adolescentes. Os municípios foram divididos em três polos, tendo sido entrevistados 163 coordenadores, 157 gestores, 440 monitores, 381 famílias e 382 crianças e adolescentes. A pesquisa de avaliação gerou cinco relatórios que correspondiam aos instrumentos aplicados a cada grupo com inserção no PETI acima discriminados.

A capacitação foi realizada nos três polos, de setembro a dezembro de 2005, com cinco turmas em Belo Horizonte, três turmas em Montes Claros e três turmas em Teófilo



Otoni. Foram ofertados, em cada polo, cinco módulos de 12 horas cada, totalizando 60 horas de curso. As turmas foram constituídas por dois monitores da Jornada Ampliada e pelo coordenador do PETI de cada município onde existia o Programa. No total, participaram 474 pessoas, oriundas de 152 municípios.

A equipe do ICA e os profissionais envolvidos perceberam que houve um amadurecimento dos educadores durante o curso, quando foram instigados a analisar criticamente a própria prática. Os educadores se deslocaram do lugar de queixa para o lugar de busca de caminhos, informações e estratégias.

O curso conseguiu desestabilizar discursos construídos, instigou os educadores a desvelarem suas contradições em relação à exploração do trabalho infantil, suas desconfianças sobre o ECA, sobre a gestão do Programa, a fragilidade das relações estabelecidas com as famílias das crianças. (Clemência - assessora pedagógica).

O curso difundiu a ideia da importância de um projeto político-pedagógico como referencial para a construção da prática educativa nestes espaços denominados de jornada ampliada, que funcionavam no contraturno escolar. Possibilitou também um diálogo problematizador do significado da ação educativa com crianças e adolescentes nos programas sociais, em especial o PETI, com profissionais de todo estado de Minas Gerais, que atuavam na gestão e no atendimento direto àquele público alvo. As reflexões e questões levantadas trouxeram subsídios para a construção de dois livros publicados pelo ICA/SEDESE e distribuídos para os municípios mineiros onde existia o PETI: *Educador talvez seja isso mesmo...* (2006), um caderno pedagógico com objetivo de auxiliar os educadores em seus trabalhos com crianças e adolescentes, e *Saberes da Gestão* (2009), um instrumento de trabalho de todos aqueles envolvidos com a gestão de serviços socioeducativos. O lançamento do *Educador talvez seja isso mesmo...* foi realizado em 2007, no SESC Venda Nova, por meio de uma oficina lúdica de dois dias para cerca de 400 técnicos e educadores do PETI-MG, representantes de 195 municípios mineiros. Nesta ocasião, o ICA explicitou a sua vontade de que esse material educativo pudesse ser visto como uma continuidade da Capacitação, um modo de manter a interlocução com os educadores, coordenadores e gestores do Programa e, por meio desses, com as crianças, adolescentes e suas famílias.

Os dois livros referidos foram indicados como bibliografia em algumas disciplinas do curso de Pedagogia da PUC Minas, além de terem sido recomendados e utilizados por



técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social como referência para organização dos serviços de fortalecimento de vínculos, na Proteção Social Básica da Assistência Social. Em 2010 e 2011, o ICA ministrou dois cursos de extensão de formação de educadores sociais para profissionais de diversos programas voltados para crianças e jovens, utilizando os dois livros como referencial.

Em 2007, O ICA elaborou o projeto de pesquisa *Estrutura e Funcionamento do Sistema de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte*, formado pela Vara Cível e a Vara Infracional. Foram pesquisados e submetidos a um tratamento quantitativo os processos que tramitavam nas duas Varas no período de 2005 a 2007. O módulo qualitativo implicou a realização de entrevistas com os responsáveis dos diversos setores do referido sistema de justiça. Os resultados quantitativos dessa pesquisa de caráter exploratório foram publicados na primeira parte do último número da *Coleção Infância e Adolescência* em 2015. A segunda parte do livro constitui-se de 13 artigos de pesquisadores sobre temas tais como a institucionalização de crianças no Brasil, políticas públicas no atendimento a crianças e jovens no sistema socioeducativo, entre outros.

De 2008 até 2016, o ICA realizou diagnósticos da situação da infância e adolescência nos municípios mineiros de Capelinha (2008), Sete Lagoas (2008-2009), Betim (2011-2012) e Nova Lima (2015-2016). O diagnóstico é um instrumento que subsidia as deliberações dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's), que têm como uma de suas atribuições participar ativamente da construção de uma política municipal de proteção integral (promoção e defesa de direitos) para crianças e adolescentes, além de elaborar o Plano de Ação e de Aplicação de recursos do município nas políticas e programas voltados para infância e adolescência, no atendimento às demandas e prioridades.

Para realizar estes diagnósticos, o ICA propôs um percurso metodológico que não se limitou a descrever estatisticamente a situação. As pesquisas desenvolveram-se a partir de procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos, norteados pelo “modelo artesanal da ciência” de Howard S. Becker (1997), com a coleta e análise dos dados secundários sobre o município existentes em bancos de dados de agências governamentais e a pesquisa de campo envolvendo a observação exploratória, entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com gestores, lideranças comunitárias, assistentes



sociais, psicólogos, pedagogos e outros que prestavam serviços em instituições da rede de atendimento e grupos focais com crianças, adolescentes e suas famílias.

Além de buscar dados que permitiam descrever características demográficas, socioeconômicas e culturais das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, o mapeamento e a caracterização da Rede de Atendimento (equipamentos e programas governamentais e não governamentais) produziam outras informações importantes. A pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas em profundidade com profissionais que atuavam em vários setores e programas e dos grupos focais feitos com famílias e adolescentes, permitiu aprofundar a compreensão da situação e dos fenômenos relacionados com a efetivação dos direitos infanto-juvenis no município. Essa análise da situação local das crianças e adolescentes fornece subsídios para a elaboração de políticas e programas voltados para esse público, ao descrever o que está sendo feito, o que precisa ser feito, o que é mais urgente e onde aplicar recursos. Em outras palavras, os diagnósticos produzem dados para uma atuação mais eficiente de toda a Rede de Atendimento à infância e adolescência, com melhor manejo e distribuição dos recursos.

O maior esforço analítico dessa estratégia de diagnóstico proposta pelo ICA se concentrava na avaliação de todos os aspectos relacionados às condições de vida das crianças e dos adolescentes dos municípios e do funcionamento da Rede de Atendimento existente. Dessa forma, os diagnósticos buscavam um conhecimento sistemático das necessidades, demandas e expectativas das crianças e dos adolescentes e da Rede de Atendimento.

Os relatórios finais dos diagnósticos apresentavam, basicamente, as seguintes informações: condições socioeconômicas das famílias de crianças e adolescentes do município; população infanto-juvenil distribuída por faixa etária e por regionais; escolaridade; políticas sociais básicas e de proteção especial; mapeamento da Rede de Atendimento e Proteção e a articulação entre os diferentes setores; políticas de cultura e lazer; atendimento à saúde, assistência social; educação; atuação das Organizações da Sociedade Civil em programas e projetos; adolescentes, ato infracional e as medidas socioeducativas; segurança pública e sistema de justiça da infância e juventude e outros dados relevantes que permitiam identificar a situação das crianças e adolescentes e de suas famílias. Os relatórios incluíam também uma sessão de Recomendações do ICA para a elaboração da política de garantia de direitos infanto-juvenis do município.



A socialização dos resultados era feita pela entrega do relatório e pela realização, em cada município, de um Seminário sobre o diagnóstico e de uma oficina de planejamento com orientações metodológicas. Importante ressaltar a participação ampla de representantes dos governos locais e das instituições ligadas ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente nestes eventos.

Todos os quatro diagnósticos realizados pelo ICA envolveram demanda e negociação com CMDCA de cada município, viabilizado por meio de recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência (FIA) e pela relação de cooperação entre a PUC Minas, por intermédio do ICA, e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capelinha, a Secretaria Municipal de Justiça Social de Sete Lagoas, a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice (APROMIV) de Betim, a Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Nova Lima. As equipes técnicas e acadêmicas interdisciplinares eram constituídas de acordo com as necessidades de cada diagnóstico, pelos professores do Conselho Técnico do ICA, por profissionais especializados selecionados pelo ICA, por professores de diversos cursos da PUC, por alunos dos cursos de graduação em Ciências Sociais, História, Psicologia, Relações Internacionais, Direito, Pedagogia, Comunicação Social, Geografia, Letras e Serviço Social e por alunos da Pós-graduação em Ciências Sociais, Geografia e Letras. Para a realização do diagnóstico de Nova Lima, foi também estabelecida uma parceria com o Programa de Pós-graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas.

Avaliando a trajetória de trabalho até aqui apresentada, pode-se dizer que o ICA desenvolveu uma prática de extensão temática articulada à pesquisa, com potencialidade de captação de recursos, influenciando o debate dentro da universidade e alcançando reconhecimento externo das instituições e políticas voltadas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes¹². Trata-se de uma contribuição importante de sistematização de um conhecimento sobre vários aspectos do cotidiano social de crianças e adolescentes que permite uma problematização das ações e projetos e apontam caminhos para o avanço e qualificação das políticas públicas. O sucesso alcançado pelo ICA se deu em grande parte em função da construção coletiva de um modelo de organização centrado num órgão

¹² Queremos ressaltar que, em função da limitação de espaço, não foram apresentados todos os projetos, parcerias e atividades desenvolvidos pelo ICA ao longo de sua existência.



colegiado, o Conselho Técnico, com autonomia de trabalho. Era formado por professores de várias áreas do conhecimento que discutiam democraticamente e decidiam coletivamente a respeito dos projetos, convênios e as atividades a serem desenvolvidos. Havia um compromisso desse grupo com a qualidade do trabalho, com a divisão de tarefas, com a solução de desafios e impasses surgidos no desenvolvimento das mesmas, com o diálogo permanente com os parceiros e com a devolução dos resultados de forma que eles fossem apropriados e efetivamente considerados na formulação ou redirecionamento das políticas públicas e programas sociais sobre o tema em questão, visando à efetivação dos direitos infanto-juvenis. Esse esforço de sistematização e produção de conhecimento na interlocução com as práticas envolvidas na observação, produção e análise de dados, é uma experiência acadêmica que realimenta o ensino e a pesquisa na medida em que abre novas questões teóricas e metodológicas para reflexão e análise. Ao comemorar 10 anos de trabalho, a equipe técnica do ICA ofereceu ao Reitor da Universidade uma parte de sua produção acadêmica publicada, fez uma apresentação das parcerias estabelecidas e das atividades desenvolvidas e o convidou a prefaciar o próximo livro da Coleção Infância e Adolescência e a visitar a sede do ICA. Os convites foram aceitos e, durante a visita *in loco*, ele expressou a sua admiração pelo nosso compromisso, entusiasmo e dedicação ao trabalho de extensão-pesquisa-ensino como contribuição da PUC Minas a uma sociedade na qual os direitos infanto-juvenis são respeitados, recomendando verbalmente apoio à equipe técnica do ICA. Apesar de tal reconhecimento, essa experiência foi sendo pressionada por decisões da Pró-reitoria de Extensão, culminando na extinção do ICA em 2017, como veremos a seguir.

3 O ICA E O MODELO DE GESTÃO DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

O ICA, desde sua criação, participou da gestão da Pró-reitoria de Extensão, seja em colegiados, comissões ou em outros espaços institucionais, contribuindo com a reflexão sobre a extensão da PUC Minas. Em 2003, por exemplo, integrou o Grupo de Trabalho (GT) criado na PROEX para formular uma proposta coletiva da política de extensão da Universidade. O GT considerou as práticas já existentes, o debate nacional e as exigências legais relativas à extensão enquanto uma atividade-fim acadêmica e produziu o “Documento-base da Política de Extensão Universitária- versão preliminar”,



socializado entre os diversos setores da Universidade. Dando sequência a essa construção da política, foi organizado em 2004 um seminário sobre os princípios, as diretrizes, a estruturação e a normativa nacional que deveriam nortear a política de extensão da PUC Minas. Em 2005, outro seminário discutiu as possibilidades de articulação entre extensão, ensino e pesquisa, para, finalmente, em 2006, ser institucionalizada a Política de Extensão Universitária da PUC Minas. Este documento reconhece a tradição das práticas já desenvolvidas na Universidade, tais como a organização de núcleos temáticos interdisciplinares no interior da PROEX, com experiências diversas. Há também o reconhecimento das práticas desenvolvidas nos cursos das diversas unidades e diversos *campi*, ainda que com diferentes concepções de extensão, o que exigia uma referência básica, dada pela política formulada. Em busca de um trabalho compartilhado, foi criado o Colegiado da Extensão, composto pela pró-reitora, pelos coordenadores de extensão das unidades e *campi*, pelos coordenadores dos núcleos temáticos da PROEX e um membro da assessoria. O ICA participava, portanto, dessa nova estrutura, o que implicava novas atribuições e reuniões. O documento da política de extensão apresenta a concepção, os princípios, as diretrizes, os objetivos, as modalidades e avaliação que deveriam nortear essa prática acadêmica. Entre os objetivos, destacamos três por sua importância no desenvolvimento da chamada “gestão” que culminará na extinção do ICA: “Fortalecer a interlocução dos núcleos temáticos com departamentos, institutos, faculdades, cursos, grupos de pesquisadores e outros setores dos diversos *campi* e unidades da PUC”; “valorizar o intercâmbio com órgãos públicos e privados e agências não-governamentais, articulando redes ou parcerias, sob a forma de convênios, consórcios ou outros termos jurídicos” e “contribuir para a inclusão da extensão, enquanto prática acadêmica, nos projetos pedagógicos dos cursos”. Em 2015, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou o Regulamento da PROEX, discutido e formulado por uma comissão interna, na qual o ICA também estava presente, participando dos embates internos. O Regulamento representou a formalização de um processo de gestão já em curso na Pró-reitoria de Extensão. Os objetivos expressos nesse documento são praticamente os mesmos da “Política de Extensão”, com inclusão dos programas de pós-graduação nestes termos: “Propugnar pela inclusão de atividades de extensão universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, contribuindo para a sua efetiva implementação”. Uma modalidade foi acrescentada às já elencadas na



Política – as práticas curriculares de extensão. A estrutura organizacional da PROEX manteve os núcleos temáticos, mas com menor autonomia, sendo aquela composta pelos seguintes órgãos: Colegiado de Extensão, Assessoria Acadêmica de Extensão, Coordenações Setoriais de Extensão, Núcleos Temáticos, podendo também contar com órgãos de suporte e apoio técnico-administrativo, como Assessoria Administrativa, Secretaria Executiva e Secretaria Administrativa. Segundo o Regulamento, as Coordenações Setoriais de Extensão e os Núcleos Temáticos “serão instituídos por ato do Reitor, mediante solicitação fundamentada do Pró-reitor de Extensão”, que também poderia “propor a instituição ou alteração de coordenações setoriais e núcleos temáticos”. Duas outras competências do Pró-reitor incluem a preocupação com a integração dos órgãos internos da Pró-reitoria e “dos programas e atividades de extensão, estabelecendo mecanismos para seu controle, avaliação e reformulação”. O Pró-reitor, sua assessoria e as coordenações setoriais passam a interferir diretamente na dinâmica dos Núcleos, que passam a ser percebidos como executores de tarefas administrativas entendidas como a gestão da extensão. Ainda foi previsto na estrutura, a participação de Coordenações de Extensão de Institutos e Faculdades no *campus* Coração Eucarístico, Coordenações de Extensão de Unidades Educativas e de *campi* fora da Sede e Coordenações de Extensão de cursos de graduação e de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

A concepção de extensão como uma atividade complexa, cientificamente qualificada, como um espaço de sistematização e produção de conhecimento, articulada com a pesquisa e parte da formação acadêmica dos alunos, que orientou a construção do ICA e o transformou em referência no debate acadêmico interno, contribuindo para consolidar essa concepção na Universidade, está presente nos dois documentos acima apresentados. No entanto, o trabalho de extensão efetivamente realizado pelos Núcleos com uma *expertise* construída a partir de uma experiência acumulada era constantemente colocado em questão em função do que foi definido como prioritário: a gestão enquanto um esforço de trabalho interno na universidade, o que demandava inúmeras reuniões dinamizadoras da estrutura organizacional proposta. Assim, a gestão da Pró-reitoria de Extensão, especialmente a partir de 2004 e intensificada a partir de 2007, com a chegada de um grupo de um *campus* do interior com um modelo de gestão controladora, formalista e homogeneizadora, definiu como prioridade ampliar quantitativamente a prática de extensão, enraizando-a nos cursos de graduação e de pós-graduação. Um passo já dado



foi a criação do Edital da PROEX como fomento para execução de projetos e programas nos cursos e, posteriormente, a vinculação temática dos aprovados aos diversos núcleos temáticos que deveriam, a partir de então, formular uma metodologia de articulação e interlocução destes projetos e programas com o Núcleo e entre eles. Foram também incluídas as tarefas de acompanhamento e avaliação dos projetos nucleados, com preenchimento de formulários padronizados. O ICA, além de dar sequência à sua capacidade de estabelecer parcerias externas, captar recursos e se engajar na produção e socialização de conhecimento, tentou responder a essas novas demandas da “gestão” da Pró-reitoria sem abdicar de sua identidade construída ao longo de anos de trabalho colegiado. Com essa orientação, foram elaborados, por exemplo, os projetos *Rede PUC de Extensão da Infância, Adolescência e Juventude*, *Projeto Licenciaturas*, *Observatório da Escola*, *Produção e exibição de um vídeo documentário sobre o significado de ser professor de escola básica*, projetos esses que buscavam aprofundar a interlocução do ICA com departamentos, institutos, cursos, coordenadores de estágio, de extensão e grupos de pesquisadores da PUC Minas em torno da importância da efetivação dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. O ICA tentava, assim, atender às demandas da “gestão” da PROEX e, ao mesmo tempo, continuar cumprindo os objetivos e as finalidades de sua criação, estabelecendo convênios e contratos com diversos setores da sociedade, concretizando a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, neste olhar da universidade para fora.

A diretriz de fazer a prática de extensão chegar a toda a universidade, no entanto, acabou transformando todos os professores dos núcleos em gestores, no sentido definido, que deveriam canalizar suas horas numa espécie de extensão para dentro, ou seja, incentivar e ensinar os cursos a fazer extensão, como era dito, era necessário “transferir o *know how*”. Assim, as atribuições passam a ser participar de infindáveis reuniões e, realizar as tarefas de gestão nelas definidas. Reuniões das coordenações e comissões que foram criadas, do colegiado de coordenadores de núcleos, do colegiado ampliado, dos coordenadores de extensão de cursos etc., além de realizar atividade de monitoramento e avaliação dos projetos nucleados do edital e extraedital, com elaboração de parecer, da realização de planejamento integrado, atendendo à demanda de articulação entre os núcleos, da análise de projetos pedagógicos dos cursos e sugestão de disciplinas que poderiam realizar as chamadas práticas curriculares de extensão e preenchimento de



relatórios diversos. A orientação era a de priorizar a chamada gestão da extensão, diminuindo a execução de projetos e convênios que deveriam ser transferidos para os institutos e cursos. Esse modelo era justificado pela ideia de existência de uma dicotomia entre o que a assessoria considerava gestão e a execução como ficou subentendido o trabalho de extensão efetivamente feito pelos Núcleos até então. Essa dicotomia implicava a afirmação de que não poderia haver execução no interior da Pró-reitoria, e essa decisão atingiu, especialmente, a natureza de núcleos como o ICA, o qual, inclusive, teve que alterar o nome em 2011 com a alegação de que seria necessário substituir “Instituto” por “Núcleo Temático” e acrescentar “Extensão” e “Educação”. O ICA negociou e conseguiu a manutenção da sigla e do logo, que eram parte de sua identidade, pelo conhecimento e reconhecimento já alcançado. No relatório de atividades de 2010, o Conselho Técnico do ICA fez a seguinte defesa de sua existência:

Entendemos que a atuação do ICA deve combinar a execução de seus projetos de extensão-pesquisa-ensino com a gestão do desenvolvimento dessa temática na universidade [...] É necessário encontrar o equilíbrio entre a gestão para além do ICA e a gestão e execução do trabalho realizado por ele.

A pressão continuou até que o ICA foi proibido de negociar novos convênios a partir da finalização do Diagnóstico Situacional de Crianças e Adolescentes do Município de Nova Lima, para se dedicar integralmente às atividades administrativas e de “gestão” interna. O modelo de gestão adotado mostrou-se inadequado, desde o início, ao dinamismo criativo e produtivo das práticas de extensão realizadas pelos Núcleos Temáticos, por supor uma rotina padronizada de atividades “para dentro”, impossibilitando uma extensão qualificada como a que o ICA fazia. Em 2016, num caráter simbólico do coroamento desse modelo de gestão e da hierarquia e a consequente inviabilização do ICA, a assessoria fez um estudo de remanejamento da PROEX, para, segundo foi dito, “racionalizar o espaço”, e o ICA foi deslocado para um outro lugar, menor, que não comportou todo o acervo, sendo a sala do Pró-reitor transferida para esse espaço. O ICA ocupava esse espaço desde que houve uma reforma na Pró-reitoria, financiada em parte por um dos convênios do ICA que negociou e conseguiu autorização para reformar, adequar e equipar o espaço para o seu funcionamento. Finalmente, em 2017, o ICA foi extinto pelo Pró-reitor, sendo escolhido apenas um dos professores do então Conselho Técnico para permanecer na nova estrutura organizacional criada.



O caráter excludente do modelo de gestão da PROEX destruiu a complexidade e autonomia do trabalho de extensão efetivamente praticado e construído ao longo da história da PUC Minas, em especial, a concepção de extensão consolidada no ICA, em função da imposição de um discurso visando a incluir todos os cursos e todos os alunos em atividades de extensão. Na visão desse modelo, isso poderia ser conseguido, por exemplo, por meio da introdução das práticas curriculares de extensão a serem desenvolvidas no interior de disciplinas já existentes com potencial para esse tipo de proposta. A lógica que orientou a implantação desse modelo era organizada em dois polos opostos: o tipo imposto e o que havia, sem abrir a possibilidade de coexistência das duas experiências de extensão acadêmica, levando ao fim o projeto do Instituto da Criança e do Adolescente da PUC Minas.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Belo Horizonte: CEDCA, 1998.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; MARQUES, Maria Elizabeth (org.). **Políticas públicas de apoio sociofamiliar**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2001. (Coleção Infância e Adolescência; 2).

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA PUC MINAS. Oficina de Capacitação em Elaboração de Projetos de Intervenção Social com ênfase no tema Trabalho Infantil, 1998, Belo Horizonte, MG. **Relatório [...]**. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia/PUC Minas, 1998.

ENCONTRO NACIONAL DE UNIVERSIDADES. Políticas e ações de extensão universitária para a promoção dos direitos da infância e da adolescência, 1999, Belo Horizonte, MG. **Relatório [...]**. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 1999.

FAZZI, Rita de Cássia; LEAL, Rita de Souza. Reflexões metodológicas de pesquisa sobre o trabalho infanto-juvenil: limites e possibilidades. In: MARQUES, Maria Elizabeth; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antonio. (org.). **Trabalho infantil: a infância roubada**. Belo Horizonte: SEGRAG, Cap. 7. p. 101-112, 2006.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Educador talvez seja isso mesmo....** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2006.



INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Saberes da gestão:** o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Criança e adolescente:** prioridade absoluta. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007. (Coleção Infância e Adolescência).

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Diálogos em Extensão:** Encontros da Rede PUC sobre Infância, Adolescência e Juventude. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010. (Coleção Infância e Adolescência).

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** conquistas e desafios. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. (Coleção Infância e Adolescência).

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Eu quero ser professor.** Brasil, 2010. 1vídeo-disco (15'39).

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Eu sou professor.** Brasil, 2017. 1vídeo-disco.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **ECA vai à escola.** Brasil, 2004. 1vídeo-disco (12'31).

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Família, trabalho e infração.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 1999. (Coleção Infância e Adolescência; 1).

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Infâncias e adolescências:** cidadania em construção. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2015. (Coleção Infância e Adolescência).

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Violência doméstica.** Relatório de sistematização dos casos de violência doméstica registrados no Conselho Tutelar Centro-Sul de Belo Horizonte. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2001.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Relatório do diagnóstico da situação da infância, adolescência e juventude do Município de Sete Lagoas:** relatório técnico. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2009.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Relatório do diagnóstico da situação da infância e da adolescência do Município de Betim/MG:** relatório técnico. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2012.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Relatório do diagnóstico institucional da realidade de crianças e adolescentes do Município de Nova Lima/MG:** relatório técnico. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2016.



INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Diagnóstico da situação da infância e adolescência do Município de Capelinha/MG:** relatório técnico. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2007.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Relatório da capacitação dos coordenadores e monitores da jornada ampliada do PETI:** relatório técnico. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2006.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Relatório da avaliação da estrutura e funcionamento do PETI:** 5 relatórios técnicos correspondentes aos instrumentos aplicados aos coordenadores, gestores, monitores, famílias e crianças e adolescentes. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2006.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (org.). **Pra pagar de boa:** “dê oportunidade: medidas socioeducativas responsabilizam, mudam vidas”: uma campanha da Pastoral do Menor/CNBB. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2010.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **BRAZIL-Child and Adolescent Domestic Work in Selected Years from 1992 to 1999:** a national report. Geneve: ILO, 2003. Investigating the Worst Forms of Child Labour, no 40.

INTERNATIONAL PROGRAMME ON THE ELIMINATION OF CHILD LABOUR/. **Investigación sobre el trabajo infantil:** un manual de campo: guía para una evaluación rápida.[S.1]: OIT/IPEC,2000.

LUMEN INSTITUTO DE PESQUISA. **Relatório descritivo da pesquisa:** crianças e adolescentes de Belo Horizonte em situação de trabalho e a demanda por qualificação profissional, 1ª Fase (Contagem Qualificada e Abordagem). Belo Horizonte, 2000.

LUMEN INSTITUTO DE PESQUISA; INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **RAS TID:** relatório final. Belo Horizonte, 2002.

MARQUES, Maria Elizabeth; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antonio. (org.). **Trabalho infantil:** a infância roubada. Belo Horizonte: SEGRAG, 2006.

MOREIRA, Maria Ignez,; STENGEL, Márcia (org.). **Narrativas Infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico=Infant-juvenile accounts of domestic labour.** Tradução de Asrtrid Masetti Lobo Costa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003. (Coleção Infância e Adolescência).

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso (coord.). **Infância e Sociologia da Infância:** entre a invisibilidade e a voz: relatório de pesquisa. São Paulo: FEUSP, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; PROGRAMA INTERNACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **Relatório final do Seminário Nacional Estratégias para Combater o Trabalho Infantil no Serviço Doméstico.** Brasília: OIT/IPEC, 2000.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/HAAS FRANCISCO. **O Trabalho Infantil Doméstico nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte: um diagnóstico rápido.** Brasília: OIT, 2003.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Portaria n. 12, de 23 de fevereiro de 2000.** Cria, *ad referendum* do Conselho Universitário, o Instituto da Criança e do Adolescente. Belo Horizonte, 2000 a.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Portaria n. 16, de 23 de março de 2000.** Aprova o Regulamento do Instituto da Criança e do Adolescente. Belo Horizonte, 2000b.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Resolução n. 02, de 15 de maio de 2015.** Aprova o Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC Minas (Processo CONSUNI n.02/ 2015). Disponível em:
http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20151009142046.pdf Acesso em: 18 jul. 2022.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS. **Política de uxtensão universitária da PUC Minas**, 2006. Disponível em:
http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

ENCONTRO NACIONAL DE UNIVERSIDADES 2, 2003. Articulação de Rede entre as Universidades Brasileiras: ações de extensão voltadas para a infância e a adolescência, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.